

ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DE OEIRAS

Volume 24 • 2018

VOLUME COMEMORATIVO DO XXX ANIVERSÁRIO
DO CENTRO DE ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DO CONCELHO DE OEIRAS
1988-2018



Editor Científico: João Luís Cardoso

CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS
2018

DE CARTAILHAC A GUILAINE. A DEFINIÇÃO DE UMA FASE “ANTIGA” NO NEOLÍTICO DE PORTUGAL

FROM CARTAILHAC TO GUILAINE. THE DEFINITION OF AN “EARLY” PHASE IN THE NEOLITHIC OF PORTUGAL

António Faustino Carvalho*

Abstract

Between Cartailhac’s synthesis on the prehistoric ages of Spain and Portugal (1886) and Guilaine’s thesis on the shepherds and farmers of the Western Mediterranean (1976), the Neolithic studies in Portugal went through major changes during which the existence of an “early” phase within the period was seldom realized. Limitations of stratigraphic resolution and formal conceptualization – and research bias more often centered on the study of shell-middens and megaliths – have long prevented its definition as an autonomous unit of analysis. Between these temporal and conceptual extremes, however, there have been several studies and attempts of synthesis that deserve to be reviewed. The present contribution brings together some of the works and authors that most significantly dealt with the beginnings of the Neolithic in Portugal until the 1970’s – successively, É. Cartailhac, J. Leite de Vasconcellos, M. Vieira da Natividade, A. Santos Rocha, A. Mendes Corrêa, P. Bosch Gimpera, M. Heleno, H. N. Savory, V. Leisner and J. Guilaine. A periodization of the research itself is also tentatively put forward to give some intelligibility to a history of Archaeology which perhaps has been more characterized by omission.

Keywords: archaeological thought, early Neolithic, Historiography, Portugal.

1 – INTRODUÇÃO

No *avant-propos* do seu livro de 1886, *Les âges préhistoriques de l’Espagne et du Portugal*, Émile Cartailhac afirma-se capaz de poder preencher as “*nombreuses lacunes*” que, segundo o próprio, persistirão no estudo da “[...] *marche de la civilisation primitive en Portugal et en Espagne*”. Para isso, predispõe-se partir dos trabalhos e das “*belles découvertes*” realizadas até então pelos arqueólogos portugueses e espanhóis, mas sente a necessidade de juntar-lhes, aqui e ali, alguns esclarecimentos adicionais e até completá-las “[...] *par quelques digressions, sommaires d’ailleurs*”. Embora ele próprio tenha manifestado o desejo de que “[...] *cet ouvrage n’est pas seulement destiné aux savants [...]*”, alimentando mesmo “[...] *l’espoir qu’il pénétrera dans les bibliothèques du grand public [...]*”, o facto é que esta obra viria a ter, no decorrer das décadas seguintes, um impacto profundíssimo nos estudos pré-históricos peninsulares, quer pelo conhecimento detalhado que Cartailhac efetivamente detinha das realidades que estudou, quer pelo efetivo alcance das reflexões que avança nalguns

* Universidade do Algarve. afcarva@ualg.pt

tópicos de investigação. Esta vasta síntese pode ser assim considerada o estado da arte na reta final da centúria de oitocentos, a súpula de toda a investigação anterior, ao mesmo tempo que apresenta reflexões que serão retomadas e discutidas por autores subsequentes. Como se referirá adiante, Cartailhac (1886) sintetizará toda a bibliografia então disponível; no caso concreto do Neolítico português, parte sobretudo dos trabalhos de J. Nery Delgado sobre as grutas do Planalto das Cesaredas, em particular da sua obra de 1867, precisamente a “[...] *notícia ácerca das grutas da Cesareda* [...]”, que marcará simbolicamente o arranque do estudo deste período em Portugal e cuja data de publicação se utiliza neste texto como marco convencional. Daqui decorre, portanto, a opção de estabelecer-se com Cartailhac um ponto de partida para uma revisitação dos autores que, mais ou menos desenvolvidamente, contribuíram para a lenta identificação e definição de uma fase dita “antiga” na ordenação do período neolítico no atual território português.

A plena maturidade das investigações sobre este tema – ou melhor, os traços gerais da sua configuração, tal como se apresenta na atualidade – só será atingida com os trabalhos que sucessivamente lhes dedicou Jean Guilaine na década de 1970, culminando com a publicação de *Les premiers bergers et paysans de l'Occident méditerranée* (GUILAINE, 1976). De facto, durante as décadas anteriores vinha cada vez mais ganhando forma a possibilidade da existência de uma etapa neolítica prévia ao megalitismo, que se encontraria representada por pequenos conjuntos cerâmicos decorados com impressões e incisões provenientes de grutas e, nalguns casos também, de concheiros e sítios de ar livre. Se excetuarmos uma proposta pouco anterior de Vera Leisner (1966), a que se voltará mais adiante neste texto, será de facto a Guilaine que se deve um primeiro modelo cronostatigráfico em que estes achados são sistematicamente ordenados de acordo com uma construção tipológica simples, muito clara, e alicerçada em comparações com sequências estratigráficas bem definidas em diversas grutas espanholas e francesas. Embora esta síntese, primeiramente publicada em 1970 no *Bulletin de la Société Préhistorique Française* em colaboração com O. da Veiga Ferreira (GUILAINE & FERREIRA, 1970), venha a ser depois retomada pelo primeiro autor em *Les premiers bergers et paysans* (GUILAINE, 1976), ela deve-se em grande medida ao profundo conhecimento que aquele detinha sobre as respetivas coleções cerâmicas e correspondente bibliografia. O modelo em duas etapas cronostatigráficas – Cardial e Horizonte da Furninha – saído desta investigação servirá tanto para a integração de novos achados como para a discussão do alcance dos paralelos utilizados enquanto elementos culturalmente integradores do Neolítico antigo do atual território português. Estes desenvolvimentos subsequentes, mais notórios sobretudo a partir da década de 1980, e simbolicamente representados pela escavação e publicação das monografias dos sítios de ar livre de Sines (SILVA & SOARES, 1981) e da Gruta do Caldeirão (ZILHÃO, 1992), já não serão tratados no presente texto.

Assim, é possível dividir até à obra de Guilaine uma partição em dois grandes períodos: um primeiro, de 61 anos de duração, compreendido entre 1867, ano da primeira publicação de Nery Delgado sobre as grutas das Cesaredas, e 1928, ano em que é publicada a segunda síntese da Pré-História portuguesa de A. Mendes Corrêa (ver adiante); e um segundo período, de 48 anos, compreendido entre aquela data e 1976. Como se verá de seguida, este balizamento temporal assenta na publicação de obras que se podem considerar referências para estes estudos, e que se descreverão de seguida. Porém, a coincidência quase perfeita que este faseamento acaba por revelar com alguns acontecimentos marcantes da História portuguesa do século XX – em particular, com o 28 de maio de 1926 e o 25 de abril de 1974 – não só não é desmerecedora de análise em si mesma como encontrará talvez aí explicação para algumas das feições de que se revestiu a investigação arqueológica em Portugal na sua generalidade – e, portanto, também no que respeita aos estudos neolíticos – durante a segunda metade do século XIX e os três primeiros quartéis do seguinte.

2 – O “PRIMEIRO PERÍODO”: DE 1867 A 1928

Quando Émile Cartailhac [1845-1921] publica *Les âges préhistoriques* tem já disponíveis várias obras fundamentais para o estudo do Neolítico em território português, a que não deixa de recorrer (CARTAILHAC, 1886): os resultados e interpretações das escavações de Nery Delgado (1867, 1880, 1884) nas grutas da Furninha e da Casa da Moura, no Planalto das Cesaredas; os trabalhos pioneiros de Pereira da Costa (1865), Carlos Ribeiro (1884) e Paula e Oliveira (1884) sobre os concheiros de Muge, no Vale do Tejo; e, novamente por Carlos Ribeiro (1878, 1880), as suas sucessivas obras sobre a Pré-História da região de Lisboa, em particular sobre as antas de Belas e o povoado de Leceia (ou Licêa, como então se escrevia¹). Ainda que hoje saibamos que apenas naquelas grutas se encontram contextos correlacionáveis diretamente com o Neolítico antigo, estes trabalhos, no seu conjunto, estabeleciam já o quadro necessário para a tarefa a que se propunha Cartailhac, e entram portanto nas considerações que o autor tece acerca do Neolítico no nosso território. Porém, não trata exatamente da questão das suas origens, as quais se encontram envoltas e condicionadas pelo debate proporcionado pelo importante achado dos concheiros de Muge.

Neste ponto, é importante assinalar também que Cartailhac inicia o capítulo sobre a “*Époque Néolithique*” com uma definição do que entende ter sido esta época. Nas suas palavras transparece uma visão ampla, e expressa de modo eloquente que deve ser citada de forma extensa: “*Après l’époque de la Madeleine, il y a – dans nos connaissances – une solution de continuité; une période de transition très longue et encore fort obscure. Et, lorsque nous revenons à la lumière, de grands changements se sont accomplis; des progrès de premier ordre se sont réalisés, la somme des importations paraît considérable. Ainsi le renne a disparu absolument; les animaux domestiques sont abondants, les populations sont sédentaires et pratiquent l’agriculture; les utensiles et armes en pierre sont souvent polis, la poterie est connue, les premières sépultures se montrent, des monuments sont élevés, l’art ne reproduit plus la nature vivante.*

C’est l’époque néolithique ou âge de la pierre polie; à ses débuts ou au temps qui la précèdent immédiatement se rapportent les kjækenmoeddings.” (CARTAILHAC, 1886, p. 47-48).

Com efeito, desta importante passagem retiram-se várias ilações. Em primeiro lugar, como referido, sobre a própria visão do Neolítico. Esta época é por Cartailhac considerada como representando uma grande transformação: inclui um conjunto notável de inovações a vários níveis, desde tecnológicas (cerâmica, pedra polida) a económicas (agricultura, criação de animais) ou mesmo ideológicas (arte não naturalista). Só reencontraremos plenamente afirmada uma visão tão abarcante do período meio século depois, com Vere Gordon Childe, já num Segundo Período, e então com pouco ou nenhum impacto nos estudos neolíticos peninsulares (ver adiante), cuja conceção de Neolítico dificilmente ultrapassava as relações orgânicas entre tipos cerâmicos e culturas arqueológicas. Em segundo lugar, assinala-se o desconhecimento sobre o lapso de tempo que decorre entre o final do Paleolítico e o início do Neolítico. Esta fase intermédia é uma lacuna, um período de transição obscuro. Recordemo-nos que, à data de publicação de *Les âges préhistoriques*, o termo “Mesolítico” tinha sido introduzido havia exatamente uma década, por Hodder M. Westropp, em 1866, mas a sua aceitação fora tudo menos imediata e pacífica (para um resumo da polémica, ver NICHOLSON, 1983). Por esta razão, Cartailhac hesita em colocar os concheiros de Muge na Idade da Pedra Polida ou nos tempos que imediatamente a precedem... E, se toda a discussão que entretence de seguida não resolve em definitivo

¹ No presente texto utilizam-se, sem conversão para o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 16 de dezembro de 1990, as sucessivas ortografias da língua portuguesa em que foram redigidos os resultados dos trabalhos e das reflexões dos nossos antecessores sobre os inícios do Neolítico em Portugal.

esta questão crucial, restou ao autor assinalar que “[...] *les poteries ne se recontrent que vers la surface des monticules [...]*” (CARTAILHAC, 1886, p. 55), ou seja, que não eram fabricadas nem manuseadas pelos habitantes dos concheiros. Esta importante questão será retomada posteriormente por vários autores. No que respeita às grutas com cerâmicas impressas e incisas então conhecidas – isto é, a Casa da Moura e a Furninha – o autor dedica-se a fazer a sua descrição, não deixando em particular de tratar da “questão do canibalismo” levantada por Nery Delgado havia pouco tempo (DELGADO, 1884), mas não avança com qualquer periodização conducente à sua atribuição a uma fase cronologicamente próxima dos *kjækenmoeddings* de Muge.

No primeiro volume das *Religiões da Lusitânia*, José Leite de Vasconcellos [1858-1941] não produz qualquer avanço digno de nota acerca das origens do Neolítico em Portugal, apesar da excelência da síntese produzida. Essencialmente, retoma a questão do posicionamento relativo dos concheiros de Muge no quadro evolutivo da “*época da pedra*” mas defendendo, sem as hesitações de Cartailhac, a sua colocação “[n]o período que estabelece transição do período paleolítico, ou da pedra lascada, para o neolítico, ou da pedra polida [...]” (VASCONCELLOS, 1897, p. 29), descrevendo-os a partir dos trabalhos já citados pelo autor francês e acrescentando na discussão os dados entretanto reunidos por Paula e Oliveira nas suas últimas escavações no local (OLIVEIRA, 1888-1892). Faz também referências aos extensos trabalhos de Estácio da Veiga [1828-1891] no Algarve, entretanto publicados, conquanto estes não tragam contribuições para o estudo do início do Neolítico (VEIGA, 1886). Um ponto que merece referência no pensamento de Leite de Vasconcellos é a distinção que estabelece entre “*selvagens*” e “*semi-selvagens*” no que respeita aos povos da “*época da pedra*”, fazendo passar a fronteira entre ambos precisamente com o Neolítico, assim entendido como um momento de alguma rutura. Nas idades dos metais tratar-se-iam já de povos “*barbaros*”. Nesta nomenclatura, o autor segue o modelo de Lewis H. Morgan [1818-1881] sobre a evolução cultural segundo estádios sucessivos de desenvolvimento humano (uma das bases teóricas fundadoras da disciplina antropológica norte-americana de oitocentos; cf. MORGAN, 1877), o que demonstra o caráter atualizado de que se revestia a sua investigação e a capacidade mostrada de incorporar nos estudos pré-históricos desenvolvimentos teóricos ocorridos noutras disciplinas científicas.

Na última década do século XIX e na passagem para o seguinte dois outros arqueólogos desenvolvem trabalhos que contribuirão, tanto no imediato como a prazo, para o conhecimento da fase antiga do Neolítico português. São eles Manuel Vieira de Natividade [1860-1918] e António dos Santos Rocha [1853-1910], que integram o presente texto graças às escavações que conduziram, respetivamente, em numerosas grutas dos arredores de Alcobça e em diversos locais, em particular de ar livre, do Baixo Mondego. O primeiro autor, contudo, mostra-se incapaz de reconhecer o efetivo significado e antiguidade dos materiais que exumou – nomeadamente da Gruta III do Cabeço da Ministra, onde se viriam muito depois a reconhecer ocupações do Neolítico antigo – e discorre, de forma profundamente ingénua e sem os necessários alicerces teóricos e metodológicos, sobre o povoamento antigo da região (NATIVIDADE, 1899-1903). Bastará uma rápida leitura das partes conclusivas desta sua obra – por exemplo, das pp. 463-465 – para nos apercebermos do nítido contraste que evidencia a todos os títulos face aos investigadores seus contemporâneos. Inversamente, Santos Rocha não só produz um registo claro e bem estruturado das suas observações (ROCHA, 1900), como usa um vocabulário muito rigoroso e raciocina de forma muito perspicaz e informada acerca do “*começo do neolítico*” em Portugal. Este tema está especialmente tratado num excelente artigo, hoje quase esquecido da nossa investigação, que publica n’*O Arqueólogo Português* em 1908 e que intitula de “*Phases do neolítico em Portugal*” (ROCHA, 1908).

Naquele importante texto, Santos Rocha divisa “[...] *tres periodos ou épocas, a saber: o começo do neolítico, o pleno neolítico e o cuprolítico, representando este ultimo o fim do neolítico e o começo do metal.*” (ROCHA, 1908, p. 194). O começo do Neolítico estará, de acordo com o autor, representado nos concheiros de Muge. Depois de sintetizar o registo arqueológico disponível para estas realidades, estas são comparadas com as

observações que realizou no Forno da Cal, no concelho de Soure, em concreto no tipo de indústrias líticas e na presença de abundantes restos de conchas marinhas, “*numa extensão superior a 40 metros*”, “[...] *misturadas a raros ossos de mamíferos e a alguns pequenos silices*”. O achado no local e na sua adjacência imediata de restos de cerâmica e de pedra polida, assim como de uma ponta de seta em cobre, suscitou-lhe algumas reservas. Como o próprio afirma, “[e]stes factos constituem um serio obstaculo á aproximação indicada.” (ROCHA, 1908, p. 195). Porém, as relações que observa entre o posicionamento altimétrico relativo destes achados face aos depósitos de conchas, e os diferentes tipos de sedimento que identifica agregados aos materiais (sedimentos tufosos do concheiro e terra vegetal dos níveis sobrejacentes), foram elementos que permitiram a Santos Rocha concluir logicamente pelo seguinte: “*Assim, estes ultimos objetos [a pedra polida e a ponta em cobre] e uma grande parte dos fragmentos cerâmicos deviam provir, não da camada de tufo que envolvia os depositos de conchas, mas da camada de terra vegetal que lhe ficava superior; e por conseguinte poderiam ser posteriores aos mesmos depósitos.*” (ROCHA, 1908, p. 196). Com base nestas observações, que lhe permitem perceber a cronologia relativa dos contextos e materiais em estudo, avança outro passo mais na interpretação do Forno da Cal: “*Entretanto nos kjoekkenmoeddings do valle do Tejo não apareceu a ceramica, enquanto que do interior da massa dos depositos das conchas, empastadas pelo tufo, no Forno da Cal, nós retirámos, por nossas próprias mãos, alguns fragmentos*”, para daqui concluir que “[e]ste facto, só por si, persuade-nos que taes depositos pertencem a uma época posterior á dos kjoekkenmoeddings.” (ROCHA, 1908, p. 196). Posto noutros termos, Santos Rocha considera que o concheiro do Forno da Cal datará de uma fase imediatamente posterior aos concheiros de Muge, ambas ainda assim, no seu entender, inseridas na mesma etapa inicial do Neolítico.

Não deixa de ser muito interessante atentar também ao “*raciocínio tafonómico*” que Santos Rocha emprega, conquanto não chegue a uma conclusão definitiva, no estudo do sítio de ar livre da Várzea do Lírio, na Figueira da Foz. Num primeiro momento analítico, labora com base em paralelismos tipológicos com outras realidades, presumivelmente mais bem definidas, para retirar conclusões que, por falta de elementos adicionais de comparação, mantém sob reserva. Leiam-se estas passagens na íntegra para se perceber o alcance que esta linha de atuação metodológica teria atingido se tivesse obtido continuidade no decorrer do século XX, que então se iniciava: “*Tambem notámos no mobiliario da estação da Varzea do Lirio numerosos objectos com typos semelhantes aos dos kjoekkenmoeddings e da época tardenosiana dos franceses e belgas. Na verdade são ali abundantes as lascas de quartzo e de quartzito, á mistura com pequenas facas, punções e raspadores de silix, e com minusculos instrumentos da mesma rocha em fôrma de trapessio, triangulo e segmento do circulo. Esta estação foi estabelecida sobre areia, á semelhança das de Fère-en-Tardenois, como em outro logar dissemos.*

Contudo é forçoso confessar que com aquelles objectos se recolheram no mesmo terreno e nos mesmos niveis alguns machados de pedra polida e não raros fragmentos de ceramica; e por isso nós attribuímos esta estação ao pleno neolitico.

Deverá a presença de tudo isto nos mesmos niveis do solo explicar-se pelos remeximentos resultantes da cultura? Nada podemos ajuizar com segurança.” (ROCHA, 1908, p. 196; não itálicos no original)

Estas considerações evocam temas ainda muito atuais no estudo da neolitização do território português – a questão da presença / ausência de cerâmica em contexto mesolítico e a interpretação de registos arqueológicos de ar livre – para a aproximação aos quais, no entanto, Santos Rocha detinha já, há cento e dez anos, as chaves metodológicas necessárias. É sintomático também verificar que, por outro lado, nestas suas considerações sobre a partição interna do Neolítico e a inclusão ou não dos concheiros do Tejo, não entram em discussão aspetos do modo de vida destes povos que hoje consideramos cruciais para o seu entendimento – a pastorícia e a agricultura – mas que haviam já sido apontados por Cartailhac uma vintena de anos antes.

Particular destaque merecem neste Primeiro Período também as duas grandes sínteses sobre a Pré-História portuguesa que António Mendes Corrêa [1888-1960] publica nos anos de 1920: primeiro, *Os povos primitivos da Lusitânia* (CORRÊA, 1924); depois, *A Lusitânia pré-romana* (CORRÊA, 1928), esta última inserida na obra dirigida por Damião Peres que se popularizou como a *História de Barcelos*. Como trabalhos de síntese que são, ambos os textos recorrem a dados de outros autores que produziam nessa mesma década estudos de carácter regional, como é o caso de Vergílio Correia [1888-1944] com *El Neolítico de Pavia* (CORREIA, 1921) ou de A. de Amorim Girão [1895-1960] com as *Antiguidades Pré-Históricas de Lafões* (GIRÃO, 1921), o que demonstra a atualidade das considerações avançadas por Mendes Corrêa sobre o que então se fazia em Portugal.

No primeiro daqueles seus trabalhos, o autor dedica algumas páginas ao Epipaleolítico, boa parte delas aliás às “*raças epipaleolíticas*”, que se teriam expandido pela Península aquando da expansão capsense norte-africana, assimilando-se então ao Tardenoisense peninsular. Como o próprio afirma, “[a]o *capsiense final e tardenoisense pertencem os kiökkenmöddings de Muge, no nosso país [...]*” (CORRÊA, 1924, p. 167). Temos aqui, pela primeira vez no repasso bibliográfico em que se estrutura o presente texto, a assunção clara e explícita da existência de uma fase intermédia entre o Paleolítico e o Neolítico, que tanto intrigava Cartailhac, e a sua caracterização. Esta fase intermédia foi colmatada em grande medida pelos avanços ocorridos na região cantábrica que permitiram, nos inícios do século XX, a identificação do Azilense e do Asturiense. Quanto ao início do Neolítico, Mendes Corrêa depara-se com um vazio que resulta de um duplo facto: que os concheiros de Muge deverão ser, como se viu, de idade epipaleolítica e que, por outro lado, os monumentos dolménicos datarão do final do Neolítico. Decorre deste ordenamento, que será retomado na síntese de 1928, uma consequência fundamental para a definição de uma fase “antiga” no Neolítico de Portugal: “*Dêste modo, não sobejam entre nós os documentos, de valor paletnológico, cronologicamente intermediários entre os kiökkenmöddings do vale do Tejo e as estações portuguesas do neolítico final. Uma ampla lacuna existe também em Espanha entre o asturiense e a última fase do neolítico.*” (CORRÊA, 1924, p. 180). E, com efeito, mais à frente, na secção intitulada “*grutas e cavernas*”, considera as grutas estudadas por Nery Delgado, a Furninha e a Casa da Moura, como pertencendo globalmente ao “*pleno neolítico*”, portanto coevas de outras como as de Palmela (estas já com campaniforme) e posteriores ao início deste período. À mesma classificação genérica atribui também os sítios de ar livre da Junqueira e Várzea do Lírio, escavados por Santos Rocha (ver acima), a que acrescentará em 1928 a sepultura da Vale das Lages, na Ota, então recém-escavada por si próprio (CORRÊA, 1925).

A questão do hiato de conhecimentos sobre o período correspondente ao início do Neolítico é retomada na obra de 1928: “*Quando, como e donde surgiu no território peninsular a cultura neolítica, com as suas características principais (instrumentos de pedra polida, cerâmica, agricultura e domesticação dos animais), eis um novo problema que, de resto, se apresenta também obscuro para outros países.*” Neste trabalho, o autor aborda mais detidamente esta dificuldade mas avança com a mesma explicação que providenciou em 1924, a de que o próprio reordenamento cronológico relativo das realidades deixara vazia esta fase. Ou seja, fornece uma explicação conceptual para a referida escassez de “*documentos paletnológicos*”: “*A nosso vêr, porém, estas dificuldades resultam sobretudo da evolução dos nossos conhecimentos sobre o neolítico puro. Êste foi consideravelmente encurtado. Por um lado, as culturas mesolíticas disputaram-lhe com êxito muitos dos aspectos outrora considerados seus, como uma grande parte do tardenoisense. Por outro lado, verificou-se que uma enorme parcela da cultura que durante muito tempo se supôs ser puramente neolítica, como a dos dolmens, mostrava ser coeva ou quasi coeva das primeiras idades dos metais. O que ficava assim para o neolítico puro?*” (CORRÊA, 1928, p. 116).

No entanto, a referência explícita à economia produtora no texto de 1928, um dos aspetos definidores do período neolítico, mesmo na sua fase inicial, não é desenvolvida em qualquer passagem de ambas as obras.

Tema forte da sua investigação pessoal, a questão bioantropológica merecerá, essa sim, várias páginas. A ausência de debate sobre aqueles aspetos socioeconómicos, todavia, caracterizará ainda mais os trabalhos que se inserirão no Segundo Período da investigação. Na realidade, não fossem estes trabalhos de largo escopo de Mendes Corrêa na década de 1920, poder-se-ia até fazer remontar o fim deste Primeiro Período a vinte anos antes, ano da publicação de 1908 de Santos Rocha a que se fez referência acima... A esta questão regressa-se nas conclusões.

3 – O “SEGUNDO PERÍODO”: DE 1928 A 1976

Com exceção das grutas do Almonda (PAÇO, VAULTIER & ZBYSZEWSKI, 1947) e de Eira Pedrinha (CORRÊA & TEIXEIRA, 1949), neste Segundo Período da investigação sobre os inícios do Neolítico em Portugal não se registam descobertas muito relevantes, seguidas das respetivas publicações. Mesmo os materiais cerâmicos daqueles sítios, por vezes com decoração cardial, são atribuídos na sua globalidade a momentos mais tardios da Pré-História, dada a não observação de diferenciações estratigráficas no interior dos depósitos escavados nessas cavidades cárnicas. A maior parte dos textos produzidos neste período procedem à integração dos dados portugueses, aliás de uma forma muito genérica e imprecisa, no contexto mais alargado da Pré-História peninsular. O salto qualitativo e quantitativo por que passa a arqueologia espanhola nestas décadas – numa tendência, aliás, diametralmente oposta àquela que se vinha verificando em Portugal desde o século XIX – conduziu até à circunstância de a maior parte das sínteses terem sido produzidas por autores espanhóis.

Neste novo enquadramento da investigação, e sem prejuízo do esforço empreendido por outros pré-historiadores espanhóis desta fase, tais como J. Martínez Santa-Olalla [1905-1972] ou J. San Valero Aparisi [1913-1997], Pedro Bosch Gimpera [1891-1974] foi talvez aquele que maior impacto terá tido na arqueologia do Neolítico português, desde logo pelo efetivo conhecimento que detinha das realidades portuguesas.² O surgimento e desenvolvimento das culturas da Pré-História peninsular são temas que este autor trata através de extensas listagens de sítios e da elaboração de complexos modelos de filiações estilísticas dos respetivos inventários cerâmicos. A sua “*cultura de las cuevas*” andaluza, que reúne essencialmente produções cerâmicas profusamente decoradas com impressões, incisões e elementos plásticos, é correlacionada com o aparecimento da “*cultura megalítica portuguesa*” e, principalmente, com o campaniforme peninsular, tese que lhe era particularmente cara. No que respeita à cerâmica cardial, elemento integrante daquela cultura, Bosch Gimpera parece hesitar quanto à sua anterioridade face a outros tipos formais e decorativos. Num texto de 1956, considera com efeito que “[d]espués de una etapa con decoración de impresiones digitales, de puntos o líneas al punzón o hechos con las uñas; en una etapa posterior, se crea un verdadero sistema decorativo de relieves y de impresiones entre las que se encuentran las impresiones de cardium. [...] Insisto en creer en estas etapas, a pesar de la tendencia de ciertos colegas, a considerar la etapa de las impresiones de cardium como neolítico antiguo.” (BOSCH GIMPERA, 1956, p. 643-644). Dez anos mais tarde, esta ideia aparece matizada – isto é, há uma maior relevância atribuída à cerâmica cardial, que ainda assim não é considerada determinante em termos

² Exemplo de alguma dificuldade no conhecimento das realidades portuguesas por parte de outros autores espanhóis encontra-se na retificação que Afonso do Paço, Maxime Vaultier e Georges Zbyszewski (1947) fazem da listagem de sítios neolíticos portugueses publicada por J. San Valero (1942), onde este erradamente incluíra também sítios do norte de Portugal e outros bastante mais tardios, como Pragança e Rotura.

de indicador cronológico mais antigo – e a penetração da “cultura de las cuevas” em Portugal é entendida como ocorrendo num momento relativamente tardio do Neolítico, em sítios “[...] *no siempre de fácil cronología, faltando estratigrafías seguras.*” (BOSCH GIMPERA, 1966, p. 256).

O impacto do pensamento económico de Vere Gordon Childe [1892-1957] na obra de Bosch Gimpera faz-se sentir no trabalho mais antigo acima citado, a propósito do processo de expansão do Neolítico através do Mediterrâneo e da Península Ibérica: “*Hay, evidentemente, hechos que se deben explicar por la propagación de una nueva manera de vivir, por factores económicos o por las relaciones comerciales. Childe ha hablado de «la revolución neolítica». La Sra. Laviosa de «difusión de la civilización agrícola.»*” (BOSCH GIMPERA, 1956, p. 652). Porém, o ênfase interpretativo, o foco da análise, é colocado de imediato na reconstituição de entidades étnicas. Estas definem-se de acordo com parâmetros claramente histórico-culturais mas imbuídos de uma forte perspetiva autoctonista sobre as transformações ocorridas nestas épocas, aspeto em que o pensamento de Bosch Gimpera contrasta vincadamente com os princípios teóricos desta corrente. Com efeito, àquela afirmação, o autor acrescenta logo de seguida: “*Ambos tienen probablemente razón. Pero al lado de todo ésto, se puede hablar de una correspondencia de las civilizaciones con los grupos étnicos cuando se trata de «kulturkreise» con caracteres bien definidos, con territorios bien delimitados y poseyendo asociaciones de formas de habitación, sepulturas, utensilios y cerámica que organizan grandes unidades culturales contrastando con las unidades vecinas y avanzando o retrocediendo con todo su complejo de rasgos fundamentales. Estos sería el caso cuando no se trate solamente de tipos o de trazos aislados que se propagan.*” (BOSCH GIMPERA, 1956, p. 652).

No mesmo ano em que Bosch Gimpera produz estas suas reflexões, Manuel Heleno [1894-1970] publica, num dos seus raríssimos textos, a notícia da descoberta e escavação de diversos contextos mesolíticos e neolíticos que levava a cabo em Rio Maior e no Vale do Sado, e refere a importância que estes achados terão para “[...] *o esclarecimento da origem do neolítico português [...]*” (HELENO, 1956, p. 229), questão que, porém, acaba por não tratar neste trabalho. É na lição inaugural da “Cadeira de Arqueologia” e nos conteúdos curriculares das suas aulas na Universidade de Lisboa (CARDOSO, 2013, anexos I e II) que se vislumbra um pouco mais o seu pensamento sobre esta matéria. De facto, aqueles sítios mesolíticos revelam-se importantes na estruturação que M. Heleno pensa para a Pré-História de Portugal na medida em que se constituem como a base étnica e cultural a partir da qual se originará subsequentemente a “cultura megalítica”, que o autor vê como um processo com desenvolvimentos na diacronia (sobretudo arquitetónicos) mas sempre levados a cabo por populações autóctones. Nas suas próprias palavras, “[...] *o povo capsense do paleolítico superior manteve-se na península até ao eneolítico e produziu a cultura das grutas e a dos dolmens.*” (CARDOSO, 2013, anexo II, p. 154). A noção de uma fase “antiga” no Neolítico português, fazendo a ponte entre os concheiros mesolíticos de Muge e do Sado e os primeiros megalitos, é totalmente inexistente nestes termos.

Ainda a respeito do pensamento de M. Heleno, é interessante notar que o próprio afirma que o “estado da arqueologia portuguesa” à data da sua tomada de posse como diretor do Museu Etnológico Português – isto é, 1929 – se poderia medir “[...] *pelas obras de Bosch Gimpera, Hugo Obermaier e Mendes Correia, respectivamente Hispania, El hombre fósil, Povos primitivos da Lusitânia e Lusitânia pré-romana.*” (HELENO, 1956, p. 224-225; não itálicos no original). E o primeiro “senão” que encontra no estado da investigação é, desde logo, o seguinte: “*1) Investigação desordenada, como ainda hoje, interpretação mais tipológica do que funcional, mais arqueológica do que cultural, numa palavra mais reliquiologia do que história do homem; falta de sistematização, ou melhor, arrimo aos conceitos de Gimpera, como antes aos de Cartailhac, como depois aos de Santa Olalla e aos de Gordon Childe por intermédio dos espanhóis.*” (HELENO, 1956, p. 225; não itálico no original)

Se há aqui uma interessante crítica à arqueologia então praticada em Portugal, em particular ao seu “arrimo aos conceitos” produzidos por outrem, a presença do nome de Bosch Gimpera nesta passagem deve

ser entendida também pela convergência das perspectivas teóricas partilhadas por ambos, não só no que respeita a questões de etnogénese e de relações entre círculos culturais peninsulares, mas talvez sobretudo no que respeita ao autoctonismo vincado das interpretações que ambos defendiam. Conquanto a propósito das origens do megalitismo português, esta proximidade teórica está bem evidenciada nas palavras de Heleno proferidas por ocasião de uma palestra de Bosch Gimpera na Faculdade de Letras de Lisboa em 1961: “A ideia de pequenas colonizações nas embocaduras do Tejo e Sado portadoras de megálitos orientais depois barbarizados pelos indígenas, tanto do agrado dos arqueólogos ingleses e tão precipitadamente aceite por muitos pré-historiadores hispânicos, não encontra nenhuma base segura em que se possa afirmar e antes é contraditada pelos factos.” (HELENO, 1962, p. 311).

Com efeito, o mesmo não pode ser dito da ampla síntese de Hubert N. Savory [1911-2001] sobre a Pré-História peninsular, *Spain and Portugal*, onde o autoctonismo que defendiam Bosch Gimpera ou Heleno está ausente. Para este pré-historiador galês, a grande transformação que o aparecimento do Neolítico implicou – neste caso, já “[...] a transição do modo de vida de caçadores para o de agricultores” (SAVORY, 1968, p. 66-67 da edição portuguesa) – permanece obscura no que à Península Ibérica diz respeito, “[...] em virtude da falta quase total de escavações modernas adequadamente registadas em povoados estratigrafados do Neolítico puro, e da raridade de cálculos de carbono 14 que possam fundamentar comparações com o Próximo Oriente.” Mas o paradigma orientalista é um fundamento incontornável na interpretação que este autor faz das realidades peninsulares, e mesmo o uso do radiocarbono servirá, não para aferir, mas antes “fundamentar” os comparativismos entre a Península e o Mediterrâneo ocidental para daí extrair explicações de natureza difusionista / migracionista. Naquela frase está, pois, bem estabelecido o pensamento de Savory, e todas as suas considerações acerca da integração das realidades peninsulares decorrem desta premissa.

Seguindo no entanto os modelos de Bosch Gimpera, em *Spain and Portugal* encontramos a “culturas das grutas” como a entidade que enquadra o aparecimento do Neolítico e, nela, as referências a sítios-chave como Sarsa ou Or. Todavia, a assunção, que aquele pré-historiador espanhol relutantemente tardou em assumir, de que as cerâmicas cardiais constituíam a fase neolítica mais antiga naquelas grutas, resultou a Savory na verificação de que o seu contexto cultural “[...] contrasta com o do Mediterrâneo central e oriental. [...] Este facto e o seu aparecimento em grutas, na região montanhosa afastada da costa, geralmente sobre pequenos vales e em áreas limitadas de terra agriculturável, sugere que os seus utentes eram principalmente pastores de origem mesolítica local.” (SAVORY, 1968, p. 74). E, mais uma vez, a tese de Savory conflui na de Bosch Gimpera, ao concluir que, “[u]ma vez estabelecida entre os pastores das terras altas, a tradição de decoração cardial viveu ainda, na Hispânia e na França Meridional, pelo menos em algumas regiões, até um momento tardio da fase neolítica, ou mesmo durante o Calcolítico, como sugerem [...] os prenúncios da cerâmica campaniforme, no engobo avermelhado e nas faixas com chanfraduras em diagonal de alguns vasos.” (SAVORY, 1968, p. 74). O caso português é entendido do mesmíssimo modo: as cerâmicas impressas e incisas das grutas estremenhas – e são citadas a Casa da Moura, Furninha, Senhora da Luz e Eira Pedrinha – antecipam “[...] padrões do Campaniforme” (SAVORY, 1978, p. 77). Os outrora célebres concheiros de Muge têm agora direito somente a algumas breves descrições que, baseando-se nos trabalhos que então aí dirigia Jean Roche [1917-2008], incluía já as primeiras datações de radiocarbono para alguns desses sítios. A relação entre estes sítios e o início do Neolítico também não é explorada.

Tal imprecisão no que respeita ao posicionamento relativo das cerâmicas da “cultura de las cuevas” por parte de Savory só pode entender-se devido à proximidade das suas ideias com o modelo de Bosch Gimpera. Com efeito, apenas dois anos antes da publicação no Reino Unido de *Spain and Portugal*, Vera Leisner [1885-1972] apresentava, de forma muito sintética mas igualmente muito clara, a sua visão sobre o faseamento do

Neolítico português. Em *Die verschiedenen Phasen des Neolithikums in Portugal* (LEISNER, 1966), artigo que não se encontra citado por Savory, encontramos já bem estruturado o esquema geral de uma correspondência do Neolítico antigo com os conjuntos de cerâmicas decoradas face às cerâmicas predominantemente lisas do megalitismo, e até da sua divisão interna entre o Cardial, mais antigo, e um momento subsequente em que esta decoração já não ocorre ou é rara. Quanto à primeira fase, V. Leisner afirma que está presente em dois centros: um na região do Baixo Tejo, “[...] na Gruta do Almonda e uma outra, perto de Rio Maior, onde, segundo informação pessoal, M. Heleno encontrou também fragmentos de cerâmica cardial. Um segundo centro situa-se na foz do Mondego, mais precisamente na gruta de Eira Pedrinha e nos povoados da serra da Brenha, acima da Figueira da Foz, onde escavações antigas forneceram alguns fragmentos que estão conservados no Museu Municipal desta cidade.” Adiante, o segundo momento do Neolítico antigo é definido nos seguintes termos: “Junta com a cerâmica cardial, e até agora não separada estratigraficamente, aparece em maior quantidade cerâmica com decoração estampada, incisa, canelada e com unhas. Esta é a típica cerâmica portuguesa das grutas, que se mantém até à Idade dos Metais e cuja cronologia, por enquanto, é difícil de perceber.” (LEISNER, 1966, p. 7-9 da tradução portuguesa).

Conquanto não citado, este trabalho de V. Leisner parece precursor, ou pelo menos antecipa nos seus traços estruturais, o ordenamento tipológico das produções cerâmicas impressas e incisadas que elaborará Jean Guilaine [1936-...] poucos anos depois. Como referido na introdução do presente texto, a base deste ordenamento está apresentada no artigo que este pré-historiador francês escreve em parceria com O. da Veiga Ferreira (GUILAINE & FERREIRA, 1970). Aqui, com efeito, são finalmente esclarecidas três grandes questões que vinham sendo debatidas em Portugal desde o início do século XX: 1) é definida uma fase cardial independente no início do período; 2) este é subdividido em duas fases tipológica e cronologicamente diferenciadas, tal como observado no Neolítico antigo franco-ibérico (incluindo assim uma segunda fase, comumente conhecida por Horizonte da Furninha, que os autores rejeitam apelidar de “epicardial” por já não haver peças cardiais nos conjuntos mais tardios); e 3) é afastada em definitivo a tese de Bosch Gimpera (e seguida por outros autores, de que é exemplo Savory, como vimos) segundo a qual as cerâmicas da “cultura de las cuevas” seriam as antecessoras imediatas da cerâmica campaniforme. Refira-se, a propósito da discutida relação entre a “cultura de las cuevas” e a “cultura megalítica portuguesa”, para empregar as designações de Bosch Gimpera (1966), que a passagem para as fases mais tardias do Neolítico é entendida, neste novo quadro interpretativo, como sucedendo no tempo a segunda à primeira, ou sendo ambas, quanto muito, apenas parcialmente contemporâneas: “Il semble qu’il faille concevoir, comme nous l’avons déjà dit, un Cardial ancien, de caractère côtier dès le V^e millénaire et évoluant peu à peu vers la céramique incisée et imprimée des grottes. Cette dernière connaît son principal développement en gros au IV^e millénaire. C’est alors que des recoupements avec les groupes mégalithiques peuvent intervenir et paraissent normaux. Ils sont d’ailleurs attestés dans le Sud de la Péninsule Ibérique et au Portugal par l’emploi de la céramique à l’ocre que est tout aussi bien le fait des groupes mégalithiques (Reguengos de Monsaraz) que des Epicardiaux (Cueva de los Murcielagos de Zuheros, Cueva de la Carigüela). La colonisation du Sud du pays et de l’intérieur (Alemtejo notamment) par les Mégalithiques, n’empêche pas dans certaines régions côtiers (l’Extrémadure notamment) le développement concomitant de la culture des grottes. Dans ces secteurs les recoupements sont possibles et peuvent appartenir au milieu du IV^e millénaire.” (GUILAINE & FERREIRA, 1970, p. 318).

A razão para o atraso que a investigação levava em Portugal quanto a estes aspetos é entendida pelos autores como fruto das próprias tendências da mesma, mais focada tradicionalmente no estudo dos concheiros mesolíticos e nos monumentos dolmênicos, e também muito lacunar no que respeita ao rigor metodológico necessário na escavação de depósitos multiestratificados. Como os próprios afirmam logo no início do artigo:

“[c]ette période a été encore fort peu étudié à ce jour si l'on compare les recherches dont elle a fait l'objet aux importants travaux consacrés au Mésolithique (escargotières de Muge) ou aux cultures mégalithiques. Aussi la présente note voudrait-elle avant tout faire prendre conscience de l'intérêt qu'il y aurait à reprendre la prospection des sites de cette phase et à consacrer à quelques-uns d'entre eux des fouilles méthodiques comme cela s'est fait, ces dernières années, dans le Midi de la France ou en Espagne.” (GUILAINE & FERREIRA, 1970, p. 304).

Um aspeto fundamental, que representa uma rutura face aos trabalhos que se vinham publicando, é a integração dos sítios e coleções cerâmicas estudadas no âmbito das condições económicas e sociais em que se terá desenvolvido o Neolítico antigo na bacia ocidental do Mediterrâneo, exercício que acontece com a publicação de *Les premiers bergers et paysans* (GUILAINE, 1976³). De facto, basta a própria organização da Primeira Parte desta obra de referência para nos apercebermos do seu alcance: para além do “*substrato mesolítico*”, são tratadas de forma sequencial as questões relacionadas com a criação de animais domésticos, os inícios da agricultura, a sedentarização, a paleoecologia e aspetos de antropologia física e organização social. Temos, assim, pela primeira vez de forma consistente e sistemática, um possível enquadramento socioeconómico das realidades portuguesas, conquanto ainda muito mal definidas, no seu contexto alargado (leia-se, mediterrâneo). No entanto, Guilaine não se atreverá ele mesmo a fazê-lo; os primeiros ensaios de caracterização económica e social dos primeiros grupos neolíticos de Portugal só acontecerão depois desta data.

4 – SÍNTESE CONCLUSIVA

Em síntese, ambos os períodos de investigação, tal como definidos nas páginas anteriores, contêm um conjunto de elementos caracterizadores do debate científico sobre os inícios do Neolítico em território português que podem ser resumidos em três pontos estruturais. Assim, no Primeiro Período (1867-1928), esse debate centrava-se em torno do seguinte:

- A questão do posicionamento relativo dos concheiros de Muge – se neolíticos ou anteriores – assumia um papel central naquela questão, e os diversos autores distribuíam-se entre uma ou outra possibilidade, não só em meros termos de nomenclatura como de efetivo entendimento cultural destas realidades e, em particular, da sua caracterização antropológica e, portanto, do estatuto rácico dos seus habitantes.
- Denota-se nalguns autores deste período a consciência da correlação “Neolítico = Economia Produtora”, mas esta questão está longe de ser determinante nas reflexões acerca dos inícios do Neolítico em Portugal. Como se viu, encontramos-la de forma clara em Cartailhac (1886) mas, por exemplo, aparece quase completamente subsumida nos trabalhos de Santos Rocha (1900, 1908) apesar do brilhantismo e da modernidade das suas interpretações.
- Por norma, as metodologias empregues na investigação de campo apresentam-se rigorosas e é evidente um domínio muito amplo da bibliografia internacional por parte dos arqueólogos portugueses, o que permitia o adequado enquadramento das realidades que estudavam. Mais importante, talvez, é

³ A apesar da rutura que este trabalho representa para o caso peninsular, o peso da obra de P. Bosch Gimpera continua de algum modo omnipresente. Isso vê-se na epígrafe que lhe dedica J. Guilaine e o testemunho que produz sobre o bom acolhimento que o artigo de 1970, em coautoria com O. da Veiga Ferreira, terá tido por parte deste pré-historiador espanhol (GUILAINE, 2008).

assinalar-se que a investigação produzida se constituía como uma efetiva contribuição para os estudos neolíticos europeus de então, e não uma mera importação de ideias e conceitos.

O Segundo Período (1928-1976) denota, por seu lado, a tendência que desde há muito se reconhece à Arqueologia portuguesa de meados do século XX em termos teóricos e metodológicos.

- A correlação acima referida, “Neolítico = Economia Produtora”, tende a desaparecer das reflexões publicadas, agora mais concentradas na construção de esquemas evolutivos das “*culturas arqueológicas*”. Apesar de claramente inseríveis na Arqueologia histórico-cultural da época, não se observa qualquer impacto significativo da contribuição de Gordon Childe nos trabalhos dos pré-historiadores portugueses, apesar da sua pronta tradução para a língua portuguesa ainda na década de 1940 (CHILDE, 1947).
- No que respeita especificamente aos (poucos) contextos publicados neste Segundo Período, e que se reportam ao Neolítico antigo, ressalta a observação de que não se reconhece a efetiva antiguidade relativa da cerâmica cardial no seio de conjuntos cerâmicos provenientes de grutas da Estremadura. Por exemplo, os achados da Gruta do Almonda são considerados como datando do “Bronze Mediterrâneo I” (PAÇO, VAULTIER & ZBYSZEWSKI, 1947) e os de Eira Pedrinha passam totalmente despercebidos enquanto tais na correspondente monografia de sítio (CORRÊA & TEIXEIRA, 1949).
- Da leitura destas publicações, assim como de outras integrantes deste período, salienta-se de imediato um nítido decréscimo no rigor metodológico e no quadro teórico aplicados, respetivamente, no registo das observações tomadas durante os trabalhos de escavação e na interpretação e integração dos resultados assim obtidos. A descrição dos depósitos sedimentares das grutas referidas na alínea anterior – assim como o caráter esquemático do suporte gráfico que as acompanha – são exemplos muito ilustrativos do caráter lacónico que caracteriza a análise dos sítios e contextos arqueológicos durante este período da investigação arqueológica portuguesa.

Para a análise do caso do Neolítico, é interessante rastrear no tempo as tendências que se observam em torno da sua definição económica, a qual foi apontada (mas não desenvolvida) por Cartailhac (1886) como sendo caracterizada pelo aparecimento das práticas agro-pastoris associadas a novas tecnologias (o fabrico de recipientes em cerâmica e de utensílios em pedra polida). Esta caracterização do período vai depois desaparecendo da discussão ainda no decorrer do Primeiro Período, até ser completamente olvidada do debate científico em favor de reconstituições étnicas com base em esquemas de filiação cultural (leia-se, de estilística cerâmica) no Segundo Período. Neste Segundo Período, o Neolítico chega mesmo a perder frequentemente o estatuto de fase própria no quadro geral da Pré-História de Portugal e aparece como parte subsumida no conceito de “Neo-Eneolítico”, conceito tão lato quanto imprecisas eram as identificações e descrições de estratos em contextos cársicos de onde provinham as peças cerâmicas utilizadas nos esquemas diacrónicos das culturas arqueológicas. Ironicamente, esta omissão acerca do estatuto social e económico representado pelo Neolítico ocorre no momento em que as obras e as reflexões decisivas de Gordon Childe acerca da “revolução neolítica” são publicadas e inauguram até toda uma nova perspetiva de interpretação arqueológica (para uma síntese, ver TRIGGER, 1989). Rastrear este aspeto na diacronia da produção científica portuguesa, o qual é estruturante do entendimento do que se poderá considerar ser o “Neolítico”, reflete de forma particularmente elucidativa o decaimento teórico-metodológico por por que aquela passou, de um modo geral, nesta fase.

É neste ponto que importa retomar a questão da periodização avançada no presente texto, a qual, como se viu atrás, considera as duas sínteses de Mendes Corrêa sobre a Pré-História de Portugal (CORRÊA, 1924,

1928) como representativas do termo do Primeiro Período. Numa proposta anterior sobre a historiografia do Neolítico antigo em Portugal, aliás muito detalhada e bem documentada, M. Diniz (2006/07) coloca a obra deste autor plenamente dentro do que apelida de “a longa noite histórico-cultural” e estabelece-a mesmo como o grande marco desta fase de alguma decadência que caracteriza os meados do século XX na investigação arqueológica portuguesa: “*Na década de 20, os textos de síntese produzidos por Mendes Corrêa são o espelho claro da estagnação, e até do retrocesso, da investigação em redor do tema. A periodização proposta por Santos Rocha foi desmantelada, e o Neolítico esvaziado de conteúdo arqueológico. [...]*”

Estão, portanto, criadas as condições epistemológicas subjacentes ao não-discurso acerca do Neolítico que, de alguma forma, permanecerá até aos anos de 70. Se alguns textos podem ser considerados seminais, porque criam novas linhas de investigação, outros, como este [CORRÊA, 1924], parecem produzir o efeito contrário, e encerram por longos períodos a reflexão e a discussão em torno de algumas problemáticas.” (DINIZ, 2006-2007, p. 20).

É verdade que os termos empregues por esta autora para descrever o estado da investigação neolítica em Portugal nesta fase são, conquanto duros, totalmente corretos. Porém, se se aplicam sem grande margem para discussão ao estado da investigação até aos anos de 1970, a profundidade da abordagem e das reflexões que dedica Mendes Corrêa naquelas sínteses ao estudo do Neolítico não encontram paralelo em trabalhos publicados nas décadas subsequentes, mesmo pelo próprio, reconheça-se – isso mesmo está desde logo patente na monografia de Eira Pedrinha, que escreve em coautoria com Carlos Teixeira (CORRÊA & TEIXEIRA, 1949). Mas a atualidade da bibliografia que utiliza, quer portuguesa ou estrangeira, o largo conjunto de elementos que carrega de outras disciplinas, desde a geomorfologia aos autores greco-latinos, já para não referir a investigação em antropologia física levada a cabo pelo próprio, distinguem Mendes Corrêa dos seus contemporâneos e colocam aquelas suas sínteses num patamar próximo das produzidas durante o que vimos designando por Primeiro Período, por exemplo por Cartailhac ou Leite de Vasconcelos. De algum modo, esta relevância está implícita na própria interpretação que dele faz M. Diniz, quando refere que as sínteses que se têm vindo a citar “[...] *condicionam a futura investigação pouco capaz de reconhecer traços de uma etapa que, oficialmente, não existia.*” (DINIZ, 2006-2007, p. 20). Este condicionamento da obra de Mendes Corrêa sobre a investigação subsequente revela bem, por um lado, o peso que o autor detinha no meio arqueológico devido à sua preparação académica, e a referência que portanto a sua investigação constituía (CARDOSO, 2011; MARTINS, 2011; MATOS, 2011), e por outro a inexistência de um corpo alargado de investigadores cientificamente preparados para manter a investigação arqueológica no nível estabelecido no século XIX.

É inegável que o regime político nascido do 28 de maio de 1926 terá tido o seu impacto sobre a prática arqueológica em Portugal de meados do século – um impacto que, definitivamente, não foi positivo. Porém, determinar rigorosamente até que ponto, e sob que formas, o Estado Novo foi responsável pelo período de crise que se viveu na arqueologia realizada nesta época é uma análise que está ainda por fazer de modo cabal, isolando temas-chave, enquadrando-os no respetivo quadro social, económico e político-ideológico nacional, e comparando-os nos mesmos termos com o panorama europeu da época (tanto nas democracias ocidentais como nos regimes fascistas seus contemporâneos; cf. TRIGGER, 1989). Até ao momento, a historiografia da Arqueologia portuguesa do século XX, assim como também do século anterior, tem-se centrado sobretudo em temas vincadamente biográficos e, quanto muito, institucionais (para sínteses, vejam-se as propostas de CARDOSO, 2002, p. 19-44; FABIÃO, 2012, p. 167-177), o que demonstra, na realidade, que vivemos ainda uma certa infância da historiografia arqueológica. Note-se que, de algum modo, uma perspetiva institucional e biográfica das principais personagens é também aquela que perpassa em obras de cariz mais geral e com intuítos assumidamente mais abrangentes sobre a ciência em Portugal (por exemplo, FIOLETTI, 2014).

Não se estranhará por isso que a historiografia arqueológica em Portugal se vá fazendo sob perspetivas mais ou menos distanciadas de análise e seja ainda, muito marcadamente, uma “*histoire événementielle*”.

AGRADECIMENTO

Quero deixar expresso o meu agradecimento ao Prof. Doutor João Luís Cardoso pelo convite para participar no congresso onde este trabalho foi inicialmente apresentado e pelas úteis sugestões sobre uma primeira versão deste texto.

BEFERÊNCIAS

- BOSCH GIMPERA, P. (1956) – Problemas de las civilizaciones del Neo-Eneolítico occidental y de su cronología. *IV Congreso Internacional de Ciencias Prehistóricas y Protohistóricas*. Zaragoza, p. 643-655.
- BOSCH GIMPERA, P. (1966) – Cultura megalítica portuguesa y culturas españolas. *Revista de Guimarães*. 76 (3-4), p. 249-306.
- CARDOSO, J. L. (2002) – *Pré-História de Portugal*. Lisboa: Verbo.
- CARDOSO, J. L. (2011) – O Professor Mendes Corrêa (1888-1960) e a arqueologia portuguesa: breve síntese. In MARTINS, A. C. (ed.) – *Mendes Correia, 1888-1960. Entre a ciência, a docência e a política*. Lisboa: ACD Editores, p. 75-84.
- CARDOSO, J. L. (ed.) (2013) – *Manuel Heleno, pioneiro do ensino e da investigação arqueológica em Portugal (1923-1964)*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia / Imprensa Nacional-Casa da Moeda (Suplemento d’*O Arqueólogo Português*, 8).
- CARTAILHAC, É. (1886) – *Les âges préhistoriques de l’Espagne et du Portugal*. Paris: Ch. Reinwald Librairie.
- CHILDE, V. G. (1947) – *O Homem faz-se a si próprio (O progresso da Humanidade desde as suas origens até ao fim do Império Romano)*. Lisboa: Cosmos (A Marcha da Humanidade, 1).
- CORRÊA, A. M. (1924) – *Os povos primitivos da Lusitânia (Geografia, Arqueologia, Antropologia)*. Porto: Tipografia Sequeira Lda.
- CORRÊA, A.M. (1925) – A sepultura neolítica do Vale das Lages e os “eólitos” de Ota. *Bulletí de l’Associació Catalana d’Antropologia, Etnologia i Prehistoria*. III: 2, p. 117-146.
- CORRÊA, A. M. (1928) – A Lusitânia pré-romana. In PERES, D. (dir.) – *História de Portugal*, I. Barcelos: Portucalense Editora Lda., p. 75-214.
- CORRÊA, A. M. & TEIXEIRA, C. (1949) – *A jazida pré-histórica de Eira Pedrinha (Condeixa)*. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal.
- CORREIA, V. (1921) – *El Neolítico de Pavia (Alentejo, Portugal)*. Madrid: Comisión de Investigaciones Paleontológicas y Prehistóricas (Memoria, 27).
- COSTA, F. P. (1865) – *Da existência do Homem em épocas remotas no Valle do Tejo. 1.º Opúsculo. Notícia sobre os esqueletos humanos descobertos no Cabeço da Arruda*. Lisboa: Comissão Geológica de Portugal.
- DELGADO, J. F. N. (1867) – *Da existência do Homem no nosso solo em tempos mui remotos provada pelos estudos das cavernas. Primeiro opúsculo: notícia ácerca das grutas da Cesareda*. Lisboa: Comissão Geológica de Portugal.
- DELGADO, J. F. N. (1880) – Les grottes de Peniche et Casa da Moura, Portugal. Station et sépulture néolithique. *Materiaux pour l’Histoire Primitive et Naturel de l’Homme*. 11.

- DELGADO, J. F. N. (1884) – La Grotte de Furninha a Peniche. *Congrès International d'Anthropologie et d'Archéologie Préhistoriques. Compte Rendu de la Neuvième Session à Lisbonne*. Lisbonne: Académie Royale des Sciences, p. 17-278.
- DINIZ, M. (2006-2007) – O Neolítico antigo em Portugal. Contributos para uma historiografia do tema. *Arqueologia e História*. 58-59, p. 17-34.
- FABIÃO, C. (2012) – *Uma História da Arqueologia portuguesa, das origens à descoberta da arte do Côa*. Lisboa: CTT Correios de Portugal.
- FIOLHAIS, C. (2014) – *História da ciência em Portugal. Da universidade medieval à entrada na União Europeia, passando pelos Descobrimentos e pelo Iluminismo*. Lisboa: Gradiva.
- GIRÃO, A. A. (1921) – *Antiguidades pré-históricas de Lafões. Contribuição para o estudo da arqueologia portuguesa*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- GUILAINE, J. (1976) – *Les premiers bergers et paysans de l'Occident méditerranéen*. Paris: Mouton (Civilisations et Sociétés; 58).
- GUILAINE, J. (2008) – Entre Octávio da Veiga Ferreira et Pedro Bosch Gimpera. Le Néolithique du Portugal: historiographie, souvenirs, commentaires. In CARDOSO, J. L. (coord.) – *Octávio da Veiga Ferreira. Homenagem ao Homem, ao Arqueólogo e ao Professor*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras (*Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 16), p. 127-139.
- GUILAINE, J. & FERREIRA, O. V. (1970) – Le Néolithique ancien au Portugal. *Bulletin de la Société Préhistorique Française*. 67 (1), p. 304-322.
- HELENO, M. (1956) – Um quarto de século de investigação arqueológica. *O Arqueólogo Português*. II Série. 3, p. 221-237.
- HELENO, M. (1962) – Bosch Gimpera. *O Arqueólogo Português*. II Série. 4, p. 309-311.
- LEISNER, V. (1966) – Die verschiedenen Phasen des Neolithikums in Portugal. *Palaeohistoria*. 12, p. 363-372. [tradução portuguesa de 1983, “As diferentes fases do Neolítico em Portugal”, *Arqueologia*. 7, p. 7-15].
- MARTINS, A. C. (2011) – Mendes Corrêa (1888-1960) e a arqueologia coeva: (en)trechos. In MARTINS, A. C. (ed.) – *Mendes Correia, 1888-1960. Entre a ciência, a docência e a política*. Lisboa: ACD Editores, p. 37-74.
- MATOS, P. F. (2011) – A vida e a obra do Professor Mendes Correia (1888-1960): articulações entre a antropologia, nacionalismo e colonialismo em Portugal). In MARTINS, A. C. (ed.) – *Mendes Correia, 1888-1960. Entre a ciência, a docência e a política*. Lisboa: ACD Editores, p. 9-36.
- MORGAN, L. H. (1877) – *Ancient Society: Or, Researches in the Lines of Human Progress from Savagery, Through Barbarism to Civilization*. New York: Henry Holt & Co.
- NATIVIDADE, M. V. (1899-1903) – Grutas de Alcobaça. Materiaes para o estudo do Homem. *Portugália*. 1 (3-4), p. 433-474.
- NICHOLSON, P. T. (1983) – Hodder Westropp: nineteenth-century archaeologist. *Antiquity*. LVII, p. 205-211.
- OLIVEIRA, F. P. (1884) – Notes sur les ossements humains qui se trouvent dans le musée de la Section Géologique de Lisbonne. *Congrès International d'Anthropologie et d'Archéologie Préhistoriques. Compte Rendu de la Neuvième Session à Lisbonne*. Lisbonne: Académie Royale des Sciences, p. 291-306.
- OLIVEIRA, F. P. (1888-1892) – Nouvelles fouilles faites dans les kjoekkenmoddings de la vallée du Tage. *Comunicações da Comissão dos Trabalhos Geológicos de Portugal*. 2, p. 57-81.
- PAÇO, A.; VAULTIER, M. & ZBYSZEWSKI, G. (1947) – Gruta da Nascente do Rio Almonda. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. XI (1-2), p. 171-187.

- RIBEIRO, C. (1878) – *Estudos prehistoricos em Portugal. Noticia de algumas estações e monumentos prehistoricos. I. Notícia da estação humana de Lecêa*. Lisboa: Typographia da Academia.
- RIBEIRO, C. (1880) – *Estudos prehistoricos em Portugal. Noticia de algumas estações e monumentos prehistoricos. II. Monumentos megalithicos das visinhanças de Bellas*. Lisboa: Typographia da Academia.
- RIBEIRO, C. (1884) – Les kjoekkenmoedings de la Vallée du Tage. *Congrès International d'Anthropologie et d'Archéologie Préhistoriques. Compte Rendu de la Neuvième Session à Lisbonne*. Lisbonne: Académie Royale des Sciences, p. 279-290.
- ROCHA, A. S. (1900) – *Antiguidades prehistoricas do concelho da Figueira*. Coimbra: Imprensa da Universidade (Memoria oferecida ao Instituto de Coimbra; Quarta Parte).
- ROCHA, A. S. (1908) – Phases do neolithico em Portugal. *O Archeologo Português*. XIII (7-12), p. 193-201.
- SAN VALERO, J. (1942) – *Notas para el estudio de la cerámica cardial de la Cueva de la Sarsa (Valencia)*. Madrid: Sociedad Española de Antropología, Etnología y Prehistoria (Actas y Memórias. XVII).
- SAVORY, H. N. (1968) – *Spain and Portugal. The Prehistory of the Iberian Peninsula*. London: Thames and Hudson [edição portuguesa de 1985, *Espanha e Portugal*. Lisboa: Editorial Verbo].
- SILVA, C. T. & SOARES, J. (1981) – *Pré-História da área de Sines*. Lisboa: Gabinete da Área de Sines.
- TRIGGER, B. (1989) – *A History of Archaeological thought*. Cambridge: Cambridge University Press.
- VASCONCELOS, J. L. (1897) – *Religiões da Lusitânia*, vol. I. Lisboa: Imprensa Nacional.
- VEIGA, S. P. M. E. (1886) – *Antiguidades monumentaes do Algarve*, vol. I. Lisboa: Imprensa Nacional.
- ZILHÃO, J. (1992) – *Gruta do Caldeirão. O Neolítico antigo*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico (Trabalhos de Arqueologia, 6).